

## As influências do gerencialismo na educação pública de Goiás: uma análise a partir de conceitos de Bakhtin

### *The influences of managerialism in public education in the state of Goiás: an analysis from concepts of Bakhtin*

Fábio Stoffels<sup>1</sup>

Wesley Luis Carvalhaes<sup>2</sup>

Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto<sup>3</sup>

#### RESUMO

Nesta pesquisa, investiga-se, a partir da análise de um pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC GO) aos gestores escolares, da lei estadual 21.184/21 e do ofício 244/2021, em que medida o discurso gerencial neoliberal, próprio do universo das empresas, está presente na política educacional desse estado. Trata-se de um estudo qualitativo que utiliza estratégias de análise documental e de análise da linguagem. Para a análise da linguagem desta investigação, foram utilizados conceitos de Bakhtin (2011), que entende a linguagem como dialogia e os discursos como cruzamentos de ideologias. A intenção dessas análises é investigar e discutir como os conceitos de educação e de trabalho do professor da secretaria e do governo do estado estão ancorados em uma concepção de gestão empresarial da educação. Nesse modelo de administração, a ênfase do processo educativo são os resultados quantitativos em testes pelos quais os profissionais da educação são responsabilizados. A partir da compreensão dessas concepções, será possível também inferir qual é a finalidade da educação presente nesses discursos. Percebeu-se, no pronunciamento da SEDUC GO e na análise dos documentos acima citados, um cruzamento de discursos em que se sobressai o discurso empresarial e materializa-se uma ideologia neoliberal. Verificou-se também, tanto no pronunciamento como nos documentos analisados, a materialização de um discurso empresarial com enfoque nas avaliações, nos resultados e na performance dos servidores.

**Palavras-chave:** Bakhtin. Educação em Goiás. Trabalho do professor. Gerencialismo. Nova Gestão Pública.

#### ABSTRACT

This research investigates up to what extent the neoliberal managerial discourse – typical of the business sphere – is present in the educational policy of the state of Goiás. Therefore, three texts are analyzed: a pronouncement from the Goiás State Department of Education (Secretaria de Estado da Educação de Goiás – SEDUC GO) to school administrators, the state law 21.184/21 and the official letter 244/2021. This is a qualitative study that uses documental analysis and language analysis strategies. The analysis of the language in this investigation is informed by concepts of Bakhtin (2011), according to whom language is dialogic, and discourses are intersections of ideologies. The purpose of those analyses is to investigate and discuss how the concepts of education and work by the teacher of the department and the state government are anchored in a conception of business management of education. In such management model, the educational process emphasizes the quantitative results in tests for which education professionals are held accountable. The understanding of those conceptions provided the possibility of inferring the purpose of education attached to those discourses. The analysis of the

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas (UEG). Inhumas/GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9293-8631>. E-mail: [fabiostoffels@hotmail.com](mailto:fabiostoffels@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas (UEG). Inhumas/GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4669-5533>. E-mail: [wesley.carvalhaes@ueg.br](mailto:wesley.carvalhaes@ueg.br).

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-UnU Inhumas (UEG). Inhumas/GO, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6532-4637>. E-mail: [sylvanabn@ueg.br](mailto:sylvanabn@ueg.br).



pronouncement of SEDUC GO and the documents before mentioned showed an intersection of discourses in which the business discourse stands out and a neoliberal ideology materializes. It was also verified, both in the pronouncement and in the documents analyzed, the materialization of a business discourse with a focus on evaluations, results, and performance of servers.

**Keywords:** Bakhtin. Education in Goiás. Teacher's work. Managerialism. New Public Management.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 24 de novembro de 2021, o Jornal *O Popular* veiculou uma notícia cujo conteúdo referia-se ao corte no pagamento de bonificação aos professores da rede estadual, porque houve baixo índice de comparecimento dos estudantes dessa rede no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa notícia gerou um debate entre leitores sobre os limites das atribuições do trabalho dos professores e essa discussão motivou este estudo. No dia anterior, em reunião virtual com os gestores escolares, a secretária estadual de educação do estado<sup>4</sup> de Goiás, Fátima Gavioli<sup>5</sup>, havia sinalizado um corte nesse bônus por motivo de o número de estudantes da rede estadual que haviam comparecido ao ENEM ter sido inferior a 70%, segundo ranking de participação divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse resultado colocou Goiás em 26º lugar entre os estados brasileiros, com 32,1% de abstenção (LEIJOTO, 2021).

Para compreender a situação retratada nessa notícia, e debater o discurso governamental que reflete suas concepções de trabalho do professor e de finalidade da educação pública estadual, é necessário analisar o pronunciamento da secretária ao dirigir-se aos gestores educacionais, a lei 21.184/21, chamada de Lei do Bônus, e o ofício 244/2021, da Casa Civil do Estado de Goiás. O objetivo é sondar, nessa fala e nesses documentos, se existem traços do discurso da nova gestão pública neoliberal na política de educação de Goiás. Esse discurso tem como pilares a descentralização dos serviços públicos, o estabelecimento de metas e de controles sobre os processos de prestação de serviços públicos e a responsabilização dos servidores públicos pelos resultados, entre outros. É possível considerar o trabalho do professor como uma prestação de serviço como outras? A formação escolar pode se pautar em um conceito de qualidade centrado somente em resultados? Para encontrar

<sup>4</sup> Neste artigo, o termo estado será grafado com letra inicial minúscula quando se referir ao ente federado (estado de Goiás). Quando grafado com letra inicial maiúscula, fará referência ao Estado como nação com estrutura e organização política.

<sup>5</sup> Fátima Gavioli é graduada em Letras e possui mestrado em Educação e doutorado em Psicologia. Ela assumiu a gestão da SEDUC GO em 2 de janeiro de 2019, no governo de Ronaldo Caiado (DEM), e atua nessa função até a presente data.





possíveis respostas para essas questões, esta análise vale-se de conceitos de Bakhtin e do Círculo de Bakhtin<sup>6</sup> como signo ideológico, enunciado, tema, dialogismo, ideologia e heteroglossia.

## 2 METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo que utiliza estratégias de análise documental e de análise discursiva, conforme as categorias analíticas inspiradas na teoria bakhtiniana citadas acima. Os documentos analisados, a lei nº. 21.184 e o ofício 244/2021, serviram de base para serem compreendidas as diretrizes oficiais sobre a bonificação aos servidores da rede estadual de educação de Goiás. Em seguida, foram utilizadas, para contextualização e esclarecimento do pronunciamento feito pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC GO), duas notícias publicadas em 24 de novembro de 2021, pelo jornal *O Popular*. Por último, foi transcrita e analisada, por meio da leitura atenta de enunciados, a fala inicial de um webinar oficial da SEDUC GO, em que a secretária de educação dirige-se aos gestores escolares e indica cortes no valor do prêmio proposto para o mês de dezembro aos professores, e para janeiro aos demais servidores dessa pasta.

A intenção dessas análises é investigar a presença de signos ideológicos da esfera da economia no discurso da secretária de educação de Goiás, e até que ponto esse cruzamento ideológico reverbera na sua concepção de trabalho do professor e de finalidade da educação pública.

Para se chegar a essas posições ideológicas, por meio da análise da linguagem utilizada nos documentos e na fala da secretária, representante legal da SEDUC GO, foi necessária uma pesquisa bibliográfica a fim de que fossem compreendidos conceitos da economia, da política e da sociologia como gerencialismo, nova gestão pública, governança, neoliberalismo e os conceitos do Círculo de Bakhtin que clareassem o conteúdo axiológico desses enunciados.

## 3 NAS TRAMAS DA LINGUAGEM - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Bakhtin (2011), o homem é um ser social e historiciza-se por meio da linguagem. Na fala da secretária de educação, pode-se perceber um entrelaçamento de discursos que circulam na sociedade atualmente. No enunciado que será analisado a seguir, podemos perceber, por exemplo, uma visão sobre o trabalho do professor e sobre os seus resultados, a qual coaduna com premissas da nova

---

<sup>6</sup> O Círculo de Bakhtin foi formado por intelectuais como Mikhail Bakhtin, Valentin N. Volóchinov, Pável N. Medviédev, entre outros. Na literatura especializada, afirma-se que é do Círculo de Bakhtin o conhecimento produzido por esses teóricos em conjunto, na Rússia, entre 1919 e 1929. A produção final de Bakhtin, entretanto, não é do Círculo, embora exista um forte diálogo entre esses escritos e as obras coletivas do Círculo (BRAIT, 2012; GRILLO, 2012).





gestão pública neoliberal. Essas ideias não são novas, estão presentes nos discursos de constantes reformas do Estado brasileiro desde a década dos anos 1990 e circulam no universo da economia e da política, estando mais ou menos presentes conforme a filiação ideológica dos diversos governos dos últimos 30 anos.

A fala da secretária de educação constitui-se como enunciado e, para Volóchinov (2018), todo enunciado é produzido em um contexto que é social, sempre dialógico, sempre em uma relação entre pessoas. Esse enunciado foi formulado, portanto, a partir da interação da secretária com enunciados alheios. Nesse sentido, todo enunciado está repleto de matizes dialógicos, e nosso pensamento será fruto de uma interação com pensamentos alheios; é a palavra de outrem que se torna palavra própria. Não se pode, portanto, ignorar a relação dialógica do enunciado (VOLÓCHINOV, 2018). Bakhtin (2011, p. 294), ao tratar da interação como elemento constitutivo da linguagem, concorda com Volóchinov (2018) quando ressalta que “a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros.”

Ao empregar a linguagem e dirigir-se aos gestores, a secretária de educação materializa, em seu enunciado, a língua viva de seu tempo, dotada de valores pessoais e sociais. Em seu discurso, ela utiliza signos orientados para o interlocutor em uma situação de interação social concreta, ou seja, ela dialoga com seus interlocutores, procurando gerar neles uma resposta. Essa interação é dialógica por natureza e possui um projeto discursivo.

Volóchinov (2018), integrante do Círculo de Bakhtin, entende o enunciado como um ato concreto fruto de inter-relações entre locutor e interlocutor. Para ele, “o enunciado é somente um elemento da interação discursiva, orientado para uma reação responsiva” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 347). A linguagem, na perspectiva do Círculo, é um ato bilateral, fruto das inter-relações entre sujeitos, o eu e o outro. O eu nunca independe do outro, mas é nele que se constitui, afirmando-se e estabelecendo seus contornos.

Para Volóchinov (2018), os enunciados fazem parte de uma corrente de comunicação sociocultural e têm uma dimensão axiológico-social em sua significação. Tanto a enunciação quanto a compreensão verbal do sujeito ocorrem a partir de sua vida, de sua trajetória pessoal, do processo educativo vivenciado e dos grupos sociais com que interage, entre outros fatores, e seu centro de valores interfere na sua produção e na sua compreensão. Como enunciatário, tomando parte de um movimento enunciativo, o sujeito reflete e refrata valores com os quais interage no cotidiano da vida.



Nessa perspectiva, podemos perceber que todo enunciado constitui-se como produto ideológico. Faraco (2009, p. 47) esclarece-nos essa característica, apontando, para justificar essa natureza, dois motivos: “qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição axiológica (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica)”.

É necessário, nesse ponto, destacar que todo enunciado é formado por signos ideológicos, fato importante para se compreender a filosofia da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin. Para Volóchinov (2018), todos os produtos da cultura imaterial que possuem significados são signos e, como tais, são dotados de valores, portanto são ideológicos. Sem signos, não há ideologia. E a linguagem, por ser composta de signos, é terreno ideológico por natureza.

Faraco (2009, p. 49) chama a atenção para o fato de que, para Bakhtin “[...] qualquer palavra (qualquer enunciado concreto) encontra o objeto a que se refere já recoberto de qualificações, envolto de por uma atmosfera social de discursos[...]. Isso nos leva a pensar que qualquer discurso apresenta camadas de outros discursos, havendo um entrecruzamento de valores e ideologias. Nesse preceito está embasado o conceito de refração de Volóchinov (2018, p. 101), segundo o qual

[...] nenhum signo cultural permanece isolado se for compreendido e ponderado, pois ele passa a fazer parte da unidade da consciência verbalmente formalizada. A consciência sempre saberá encontrar alguma aproximação verbal com o signo cultural. Por isso, em torno de todo signo ideológico se formam como que círculos crescentes de respostas e ressonâncias verbais.

O sujeito, ao utilizar os signos, deixa neles sua ressonância, as marcas de sua história discursiva. O uso da linguagem, portanto, nunca é neutro. Para o Círculo de Bakhtin, os signos nunca refletem somente o mundo, eles também o refratam, e o sujeito é agente dessa refração, impregnando os signos com seus valores, suas crenças, suas ideologias e sua história. Essa refração é individual mas também social, pois cada grupo humano traz para sua linguagem e seus signos os valores e as verdades que circulam no seu interior.

Percebe-se, a partir dessas premissas, que há uma dinamicidade nos signos, que são vivos, móveis e plurívocos. Segundo Faraco (2009, p. 52), “o material semiótico pode ser o mesmo, mas sua significação no ato social concreto de enunciação, dependendo da voz social em que está ancorado, será diferente”. Isso faz com que o sentido seja construído a partir de um ponto de vista, mas que não deixa de relacionar-se com os outros pontos de vista, com outras posições axiológicas possíveis. Todo signo “encontra o objeto a que ele se refere já recoberto de qualificações, envolto por uma atmosfera social de discursos, por uma espécie de heteroglossia” (FARACO, 2009, p. 49).



Esse fenômeno chamado heteroglossia<sup>7</sup> alude às várias camadas de sentido que os signos vão adquirindo ao serem usados em diversas esferas de comunicação. Um domínio cultural, ao utilizar determinados signos em busca da instauração de um discurso próprio, não pode, portanto, ser pensado fora da intersecção de suas múltiplas fronteiras. Nas suas práticas discursivas, os grupos humanos dão valores distintos às coisas e eventos, instituindo diversos sentidos para o mundo. Conforme afirma Faraco (2009, p. 52), “a dinâmica da história, em sua diversidade e complexidade, faz cada grupo humano com diferentes axiologias, em cada época, recobrir o mundo com diferentes axiologias, porque são diferentes e múltiplas experiências que nela se dão”.

Essa instauração de vários pontos de vista sobre a realidade leva a uma luta de poder. Cada grupo social busca legitimar sua interpretação da realidade, o seu discurso, e sobrepô-la sobre as demais, principalmente aqueles grupos que detêm o poder em determinado tempo histórico (FARACO, 2009). Bakhtin analisa essa luta entre possibilidades discursivas ao tratar das forças centrípetas e centrífugas que duelam numa esfera discursiva.

Essas duas forças são opostas e aparentemente contraditórias: a primeira regula e procura normatizar o discurso por meio da generalização, apontando seu ponto de vista como o mais coerente, como a verdade. Há uma tentativa de acabar com o diálogo e com a heterogeneidade discursiva. A força centrífuga desestabiliza e relativiza, apontando para outras possibilidades discursivas, para outras maneiras de compreender a realidade, como outros discursos possíveis, reforçando o diálogo e a plurivalência dos signos (FARACO, 2009).

Como os signos emergem em relações sociais e refletem os valores do sujeito, do seu grupo e de seu tempo, é necessário contextualizá-los para se sondarem os sentidos que se forjam. O intercâmbio social é, portanto, o contexto em podemos captar a valoração dos signos e seus projetos discursivos. Locutor e interlocutor, em interação situada em determinado período sócio-histórico, usam os signos para formar enunciados e alcançar suas necessidades de comunicação. Nesse processo, esses sujeitos recorrem a vozes sociais, a complexos verboideológicos com os quais determinado grupo social diz o mundo. A linguagem utilizada para as interações discursivas é, então, uma realidade axiologicamente saturada e traz marcas dessas vozes, e o enunciado materializa esse diálogo.

O diálogo é um conceito-chave das reflexões do Círculo. Segundo Faraco (2009, p. 58), Bakhtin vê o diálogo como

---

<sup>7</sup> Em recente tradução, Paulo Bezerra substituiu a palavra heteroglossia por heterodiscurso, justificando que a palavra russa “raznoréchie” é “formada pela aglutinação de razno (ou raznii – diferente, diverso, outro, equivalente ao prefixo grego heteros) e riéchie (ou rietch – discurso, fala, linguagem)” (BEZERRA, 2015, p. 12).







[...] uma intrincada cadeia de responsividade: os enunciados ao mesmo tempo que respondem ao já dito (“não há palavra que seja a primeira ou a última”), provocam continuamente as mais diversas respostas (adesões, recusas, aplausos incondicionais, críticas, ironias, concordâncias e dissonâncias, revalorizações, etc. – não há limites para o contexto dialógico). O universo da cultura é intrinsecamente responsivo, ele se move como se fosse um grande diálogo.

O dialogismo possui sentido específico na filosofia da linguagem desses teóricos russos. Ele amplia a ideia de diálogo que remete, geralmente, a réplicas de troca de turno em conversas, aludindo a dinâmica de interação de vozes presentes em um ato que utiliza a linguagem em sua realização. Segundo o Círculo, qualquer enunciado é um evento que faz parte da grande interação sociocultural de qualquer grupo humano e materializa esse diálogo entre diversas vozes sociais. Volóchinov (2018) destaca a importância de analisarmos o elo existente entre uma interação concreta entre usuários da linguagem com a situação extraverbal mais próxima e mais ampla e reforça que

[...] todo enunciado, por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta (cotidiana, literária, científica, política). No entanto, essa comunicação discursiva ininterrupta é, por sua vez, apenas um momento da constituição ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social (p. 219).

O enunciado é a materialidade em que o pesquisador depara-se com “eventos de grande interação sociocultural de qualquer grupo humano; como espaços de vida da consciência socioideológica” (FARACO, 2009, p. 62).

A interação na linguagem, portanto, é repleta de embates entre forças que estão na ideologia do cotidiano e nos sistemas ideológicos constituídos. Essas duas esferas atuam em qualquer unidade discursiva. A ideologia do cotidiano pode ser compreendida como o lugar da criação ideológica ininterrupta em que ficam evidentes as mudanças da base socioeconômica que ocorrem na vida cotidiana, ou seja, é a totalidade das atividades socioideológicas. Os sistemas ideológicos, por outro lado, são práticas culturalmente mais elaboradas como a moral social, a ciência, a religião, a arte, etc. Seus conteúdos, por terem passado por etapas de objetivação social, estabilizaram-se e estão mais amparados, exercendo assim maior poder (VOLÓCHINOV, 2018). A concepção de ideologia, portanto, é construída a partir de ideias já relativamente estáveis e de ideias instáveis. Essas ideias são elaboradas a partir de signos, revestidos de sentidos próprios, produzidos a serviço dos interesses de determinado grupo. Como afirma Miotello (2020, p. 171),

[...] em sociedades que apresentam contradições de classe social, as ideologias respondem a interesses diversos e contrastantes; ora podem reproduzir a ordem social e manter como definitivos alguns sentidos das coisas, e ora podem discutir e subverter as relações sociais de produção da sociedade capitalista.





A ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos organizam o conteúdo de um discurso, sendo que estes tendem a sobressaírem-se sobre aquela, dando-lhe o tom. Em outras palavras, a ideologia do cotidiano organiza-se a partir de estratos superiores, nas interações já mais definidas e estáveis de um grupo social. Percebe-se, portanto, que “o centro organizador de qualquer enunciado, de qualquer expressão não está no interior, mas no exterior: no meio social que circunda o indivíduo” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 216). Por outro lado, a ideologia do cotidiano pode se infiltrar progressivamente nos sistemas ideológicos, renovando-os, ao mesmo tempo em que é renovada por eles. Surgem desses confrontos contradições que podem ser percebidas no discurso materializado por sujeitos e grupos sociais.

Qualquer enunciado será um evento único e irrepetível de seres em interação e que estão imersos em um complexo quadro de relações socioculturais, no interior do qual se manifestam as relações dialógicas. Nenhum enunciado, portanto, é desprovido de projetos discursivos, pois “os sujeitos interagentes inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, nas escalas de índices de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais vivenciadas” (MIOTELLO, 2005, p. 172). Perceber essas relações dialógicas e ideológicas é necessário para que se compreenda responsabilmente um enunciado e se estabeleçam as relações desse enunciado com outros.

Outros dois conceitos do Círculo de Bakhtin importantes para análise do enunciado deste estudo são significação e tema. Segundo Volóchinov (2018), é impossível traçar um limite entre significado e tema, sendo essa diferenciação, no entanto, fundamental para a compreensão da linguagem como fenômeno dialógico. Significação, para esse teórico, é estável, repetível, abstrata e independente do contexto de sua realização. O tema, por outro lado, é único, individual e irrepetível, e está ligado à situação histórica concreta em que foi gerado. Pode-se analisar gramaticalmente o conteúdo da significação de um enunciado, segundo esse autor, mas o seu tema é indivisível, pois é uma reação da consciência à formação da existência. Ao trocar a situação de uso de um enunciado, o tema altera a significação, impedindo que essa se solidifique. No entanto, a coletividade cria algumas formas recorrentes de uso temático.

Uma palavra só adquire tema quando se encontra na totalidade do enunciado. Isolada, no seu limite inferior, ela só é uma potência de significação. Somente no limite superior, no enunciado concreto, ela designa algo determinado. Uma mudança de significação é sempre uma reavaliação em que uma palavra sai de um contexto para outro (VOLÓCHINOV, 2018). Para que o tema seja constituído, o processo de compreensão do enunciado deve ser ativo. O interlocutor deve dialogar, orientar-se em relação ao enunciado, acrescentar-lhe uma camada de palavras responsivas, encontrando





para essa formação enunciativa um lugar no contexto interacional. Somente na interação, para Volóchinov (2018), a significação produz seu efeito.

Essa série de conceitos e de reflexões que sustentam a visão de linguagem de Bakhtin e do Círculo são importantes para que se faça uma análise do discurso da secretária de Educação, que será discutido a seguir.

#### 4 O DISCURSO NEOLIBERAL E SUAS TRAMAS – UMA ANÁLISE DA FALA DA SECRETÁRIA EDUCAÇÃO DE GOIÁS E DA LEGISLAÇÃO REFERENTE À LEI DO BÔNUS

A notícia abaixo refere-se a uma fala da secretária de educação de Goiás e contextualiza a transcrição da mesma, que virá a seguir.

##### **SEDUC anuncia redução de bônus a professores pela baixa frequência de alunos no Enem**

24/11/2021 - 09:29 Atualizado às 17h34

A titular da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC), Fátima Gavioli, anunciou nesta terça-feira em reunião com diretores de escola que a rede estadual de ensino foi a pior do País em frequência de alunos no primeiro dia de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com um índice de 68% de participação, abaixo da meta estipulada pela secretaria de 70%. Na verdade, dados do Inep, organizador do exame, colocam o Estado na penúltima colocação, com 32,1% de faltas ao exame. Ficou à frente do Amazonas, com 40,6% de abstenção.

Com o resultado, a secretária também anunciou uma redução no bônus por resultado que será pago a professores em dezembro. O projeto que cria este benefício a ser pago no fim do ano e em janeiro foi aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) na terça-feira (23) e vai para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). Porém, Fátima afirmou aos gestores que será encaminhado uma alteração na lei para que o bônus seja reduzido. (LEIJOTO, 2021).

O enunciado a seguir é um excerto da fala da secretária de educação referida por essa notícia veiculada em *O Popular* em 24 de novembro de 2021. Quando essa fala é associada à recente lei sobre o bônus de produtividade proposta pelo governo do estado e aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás, são produzidos indícios de como esse estado e sua secretária de educação compreendem a finalidade da educação e o trabalho do professor. Para chegarmos a esses posicionamentos ideológicos, passemos à análise da fala da secretária de educação aos gestores educacionais em reunião realizada em 23 de novembro de 2021, transcrita abaixo.

Eu quero falar sobre duas coisas... a primeira eu quero falar sobre o Enem. Eu acho que ficou claro para todos os gestores no encontro que nós temos um bônus que será pago em dezembro e que está ligada à produtividade a proficiência e a produtividade, e um dos itens





seria a participação dos alunos nas avaliações. E eu não sei se vocês sabem, mas Goiás não foi bem na frequência das avaliações do ENEM. Então só para deixar todos a par que a gente já está tendo que alterar a legislação e também o valor do bônus porque infelizmente a frequência dos alunos não chegou a 70%. Então esse é o primeiro assunto que eu quero falar com vocês, se o bônus é por produtividade, evidentemente que eu esperava que a frequência dos alunos aí no Enem acompanhasse a frequência do SAEGO e do SAEB. E não foi o que aconteceu. A gente teve uma ausência de estudantes muito alta, gravíssima. Goiás perdeu para vocês terem ideia para municípios onde os alunos têm que pegar um barco para fazer a prova como é o município, como é o estado do Acre. Nós tivemos menos alunos que o Acre, menos alunos que o Nordeste, menos alunos Centro, Sudoeste, não vou nem falar Sul e Sudoeste. Mas isso foi um susto, eu achei que todo mundo estava muito articulado, muito preparado para essa prova do Enem em relação à frequência, já que eu não consigo medir a proficiência do ENEM, eu só consigo medir do SAEGO e ter uma prévia do SAEB, então a do Enem eu não tenho como medir a proficiência esse ano. Então eu iria fazer o pagamento integral do bônus de acordo com a frequência dos alunos e acho que vocês devem estar sabendo já, nós ficamos aí como o pior do Brasil em frequência de alunos no Enem. Então é uma pena. Infelizmente era uma coisa assim que [...] (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2021).

O trecho acima pode ser considerado como um enunciado, um todo significativo inserido na cultura, um tecido organizado, estruturado e produzido por um sujeito socio-histórico (VOLÓCHINOV, 2018) e revela um projeto discursivo específico. Por isso, deve ser analisado nas relações internas e externas. Para se alcançar uma análise que nos leve a uma compreensão das ideologias que perpassam o discurso desse enunciado, passemos à sua interpretação, que ocorrerá por trechos, organizados em ordem de ocorrência, sendo destacados apenas os fragmentos que estejam relacionados às premissas do gerencialismo neoliberal na proposta de educação pública estadual em Goiás e em que se percebe o cruzamento de vozes sociais.

Logo na abertura de sua fala, a secretária de educação afirma: “Eu acho que ficou claro para todos os gestores no encontro que nós temos um bônus que será pago em dezembro e que está ligada à produtividade a proficiência, e um dos itens seria a participação dos alunos nas avaliações.” O encontro referido foi uma reunião virtual anterior em que foi apresentado o projeto de lei 21.184/21<sup>8</sup>, que estabeleceu critérios para concessão do bônus. Nessa lei, o governo do estado compromete-se a pagar uma bonificação de 98% sobre o salário aos servidores da SEDUC GO que estivessem em efetivo exercício. Para o recebimento desse valor, os servidores deveriam alcançar resultados referentes ao “retorno integral às aulas” (GOIÁS, 2021, p.1a) e à manutenção da “relevante posição no campo

<sup>8</sup> Os recursos para implementação do Bônus por Resultado, no valor total R\$ 160.740.230,58, são oriundos de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e, como ressalta o ofício n.º 244, sua utilização cumpre “os ditames constitucionais que são impositivos em matéria de despesas e gastos mínimos com educação e remuneração dos profissionais do magistério, sob pena de responsabilização dos gestores e dos administradores públicos (GOIÁS, 2021b). Segundo o art. 212 - A, XI, da Carta Magna, 70% (setenta por cento) dos recursos do FUNDEB devem ser utilizados no pagamento dos profissionais da educação básica (BRASIL, 1988). Percebemos que o bônus por resultado é uma forma de distribuição de valores já eram um direito garantido por lei, ou seja, deveriam ser distribuídos entre esses profissionais para o cumprimento de uma determinação legal. A lei 21.184/2021 foi a forma que Goiás encontrou para proceder o rateio desses recursos e cumprir com a legislação vigente.



educacional reconhecida pelo índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEb” (GOIÁS, 2021, p. 1b). Quando o governo de Goiás propõe aos servidores uma bonificação por resultados, podemos perceber que há uma premiação para o trabalho desses profissionais por um esforço promovido por eles no cumprimento de objetivos traçados para suas funções. Há, portanto, metas a serem alcançadas em relação à finalização de um processo, neste caso, o término do ano letivo, e ao desempenho dos estudantes nas avaliações externas.

Dardot e Laval (2016), ao analisarem as características da nova gestão pública neoliberal, que se sustenta em uma perspectiva gerencialista, afirmam que um dos seus pilares é a transformação do Estado, dando-lhe características do setor privado. Segundo eles, o termo governança passou a ser a palavra-chave das reformas propostas pelos políticos que se alinham ao discurso gerencialista neoliberal. Nessa perspectiva, a máquina pública deve incorporar códigos, protocolos e valores da empresa privada, que é julgada como mais eficiente e eficaz por reduzir custos e apresentar melhores resultados. Segundo Cossio, Oliveira e Souza (2014, p. 140),

[...] o gerencialismo surge no cenário de reestruturações da organização pública na perspectiva de superação do modelo de administração profissional e burocrática, entendido como paternalista, conservador, inflexível e incompetente para fazer frente às complexas demandas do mundo moderno.

A nova governança proposta para o Estado pelos neoliberais sofreu forte influência dos teóricos americanos da *Public Choice* como Buchanan e Tullock. (Dardot e Laval, 2016). Esses economistas propuseram uma homogeneização teórica e prática entre o Estado e o mercado, ou seja, para eles, a instituição pública deveria adotar os fundamentos da empresa privada. Na concepção gerencialista, a instituição pública é uma *organização* que deve buscar maximizar os seus resultados ao empregar seu orçamento. A proposta é inserir na raiz do sistema público conceitos como eficiência e eficácia, competitividade, administração por objetivos, meritocracia, concepções oriundas de um meio em que a objetivo é a obtenção de resultados econômicos, não se disponibilizando a devida atenção para as questões sociais (CÓSSIO; OLIVEIRA; SOUZA, 2014). Para alcançar esse objetivo, trava-se uma luta ideológica em que se busca, insistentemente, transferir signos ideológicos da esfera da empresa para a esfera pública.

No enunciado da secretária de educação de Goiás, há evidências desse processo, pois se percebe o uso de signos como “bônus”, “produtividade”, “gestores”, “proficiência” e “medir”. Esses signos têm sua origem na esfera da empresa e trazem para a esfera da educação valores que até pouco tempo não faziam parte da cultura das instituições escolares. Percebe-se que aspectos da economia são



inseridos no “horizonte valorativo” (VOLÓCHINOV, 2018) da educação e materializados no enunciado da secretária. Esses novos aspectos “não se esquecem dos elementos da existência integrados anteriormente, mas entram em embate com eles, reavaliando-os, alterando seu lugar na unidade do horizonte valorativo (VOLÓCHINOV, 2018, p. 238).

Um exemplo dessa mudança de valoração ocorre com o signo “produtividade”. Na esfera da empresa, aumentar a produtividade significa maiores lucros. No enunciado da secretária, emergido na esfera da educação, esse aumento deve ser compreendido como melhores notas em avaliações externas. Embora tenha significações distintas em cada esfera, ao ser incorporado à educação, esse signo traz valores incompatíveis com uma formação humana integral, pois despreza as dimensões do ensino que não podem ser avaliadas em testes objetivos. O posicionamento da secretária, ao dirigir-se aos gestores para cobrar resultados e impor sanções, deixa também transparecer valores da gestão privada, que contradizem o que se espera de um servidor público nessa posição em um país democrático.

Os resultados, para os economistas da *Public Choice*, precisam ser aferidos por avaliações constantes, e os funcionários públicos devem ser responsabilizados pelos resultados alcançados no desempenho de suas funções. Os resultados do trabalho do funcionalismo devem ser controlados por critérios que, quando alcançados, precisam ser valorizados a partir de incentivos, materializados em bonificações. Por outro lado, quando não alcançados, eles devem ser responsabilizados. Essa lógica gerencialista pode ser percebida no trecho “Então só para deixar todos a par que a gente já está tendo que alterar a legislação e também o valor do bônus porque infelizmente a frequência dos alunos não chegou a 70%”. Segundo Dardot e Laval (2016), há, na visão dos economistas da *Public Choice*, uma visão bastante cética quanto aos funcionários públicos, que são considerados como trabalhadores que visam ao próprio interesse e que necessitam de estímulos materiais para melhorar o desempenho. No enunciado de Fátima Gavioli, podemos perceber um diálogo com esse posicionamento.

O cidadão, nessa perspectiva, passa a ser concebido como usuário, que precisa ficar satisfeito com o serviço público por ele financiado. O ponto de vista da secretária de educação sugere que os jovens são inaptos a tomar decisões sobre seu futuro e precisam ser incentivados pelos docentes e que as famílias desses alunos não contaram com um trabalho eficiente dos professores, que não se mostraram capazes de estimular esses jovens a comparecerem ao exame e a continuarem a trajetória escolar no ensino superior. Nessa ótica, os professores, que não desempenharam bem sua função pública e não satisfizeram os usuários, precisam, portanto, ser responsabilizados.

No gerencialismo, as organizações possuem certa autonomia, mas carecem de regulação. Esse processo constitui-se em um conjunto de protocolos colocados em prática em um sistema público, de forma que seus atores, do centro para periferia, atinjam, com a maior eficácia possível, os objetivos



fixados no quadro do que se entende serem os interesses gerais. São estabelecidos mecanismos de controle das ações dessas organizações implementados por uma instituição central (CÓSSIO; OLIVEIRA; SOUZA, 2014).

A competição é outro critério que sustenta a nova governança neoliberal. Para esses economistas e políticos, as repartições públicas devem competir entre si para que se alcance uma melhor eficiência nos serviços prestados e uma “otimização dos recursos utilizados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312). Há uma ênfase na comparação de desempenho, acreditando-se que isso trará melhorias aos serviços públicos. O servidor público deve conduzir-se como um empreendedor, ou seja, como aquele que busca incansavelmente maximizar os resultados de seu trabalho.

Ao elaborar um projeto de lei que propõe uma bonificação aos professores, o Governo de Goiás demonstra afinidade com os valores gerenciais neoliberais. No ofício 244, ressalta-se que o objetivo da Lei do Bônus é

[...] **valorizar** os profissionais da educação em **reconhecimento** pelo trabalho exercido e pelo **comprometimento** deles com a promoção de um ensino de qualidade para os estudantes goianos. Além disso, a medida amplia as políticas públicas adotadas pelo Estado de Goiás para manter a relevante posição no campo educacional reconhecida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (GOIÁS, 2021b, p. 1, grifos nossos).

Percebe-se, nesse excerto, a utilização dos signos ideológicos “valorizar”, “reconhecimento” e “comprometimento” e a construção de uma relação desses signos com “ensino de qualidade” e com a “relevante posição” no IDEB. Essa associação reforça a ideia de que, no ponto de vista do governo, os servidores da educação reagem melhor às demandas da SEDUC GO e comprometem-se com o seu trabalho quando estimulados com recompensas. Merecer esse estímulo financeiro está condicionado à performance dos funcionários públicos, que devem melhorar os resultados de seus alunos nas avaliações externas para comprovar uma melhoria na qualidade da educação.

Ao defenderem o princípio meritocrático, os neoliberais propagam que a recompensa é uma compensação justa por uma maior dedicação dos colaboradores. Segundo esse princípio, “a justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade na luta” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 51). Os interesses da SEDUC GO são materializados em enunciados com recomendações que indicam os critérios meritocráticos para o recebimento dessas recompensas. No enunciado da secretária, o critério principal é a garantia da frequência dos alunos no ENEM. Na Lei do Bônus, os critérios são a manutenção das boas posições do estado no *ranking* nacional e a elevação dos resultados dos alunos no IDEB, que, do ponto de vista do governo, indicam a melhoria da educação pública. É por meio desses indicadores que essa secretaria mantém o controle sobre as unidades escolares e sobre seus servidores.



Logo em seguida, a secretária de educação afirma “E eu não sei se vocês sabem, mas Goiás não foi bem na frequência das avaliações do Enem. Então só para deixar todos a par que a gente já está tendo que alterar a legislação e também o valor do bônus porque infelizmente a frequência dos alunos não chegou a 70%”. Nesse trecho de sua fala, a secretária de educação sugere que os professores perderiam o incentivo financeiro por não terem alcançado um dos objetivos traçados pela Secretaria de Educação. Nessa afirmação, percebe-se outro pilar da nova gestão pública, o *accountability*, quando a secretária declara que “a gente já está tendo que alterar a legislação e também o valor do bônus porque infelizmente a frequência dos alunos não chegou a 70%”. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 294),

[...] as técnicas de gestão baseiam-se no tripé objetivos-avaliação-sanção. Cada entidade (unidade de produção, coletivo ou indivíduo) passa a ser “autônoma” e “responsável” (no sentido de *accountability*). No âmbito de suas missões, recebe metas que deve atingir. A realização dessas metas é avaliada regularmente, e a unidade é sancionada positiva ou negativamente de acordo com seu desempenho.

A sanção negativa, no caso dos professores de Goiás, é a diminuição do valor do bônus como consequência de uma meta não cumprida. Ao ser publicizada, essa determinação da secretária causou intenso debate na sociedade goiana por alguns motivos. O principal é que a secretária de educação considerou como competência dos professores a presença dos estudantes ao primeiro dia de avaliação do ENEM. O debate social sobre essa questão foi gerado por essa atribuição não se encaixar nas funções do professor, pois depende de fatores externos como engajamento dos estudantes e de suas famílias a esse exame.

Freitas (2018, p. 37) aponta que a visão da nova gestão pública concebe que a “educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista puramente como uma questão de gestão”. Os problemas da educação, nessa perspectiva, “são intraescolares”, e o professor é “o responsável pela aprendizagem” (p. 37). A fala da secretária faz referência a essa concepção, pois ela atribui o baixo índice de frequência dos estudantes ao ENEM aos professores e demais servidores das unidades escolares, desprezando a crise econômica, social e de saúde pública que enfrentamos no Brasil atualmente.

Como traz outra notícia<sup>9</sup> de *O Popular*, no dia mesmo, mas no período da noite, a secretaria reconsiderou esse corte. O motivo dessa mudança de atitude não foi justificado à imprensa, não sendo registrado nessa notícia. Conforme previa o Ofício 244, assinado pelo governador Ronaldo Caiado, um

<sup>9</sup> Frequência abaixo de 70% no Enem havia colocado pagamento integral do benefício em risco, segundo fala da secretária Fátima Gavioli em vídeo. Porém, apesar do terceiro pior desempenho no País, 39.133 servidores serão contemplados em dezembro - 24/11/2021 - 22:10 (ARAÚJO, 2021).







dos critérios para concessão do bônus seria “manter a relevante posição no campo educacional reconhecida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA” (GOIÁS, 2021, p. 1b), e a presença dos estudantes goianos ao ENEM não está relacionada com o IDEB. É importante avaliar que o discurso da secretária de educação de Goiás dá ênfase aos resultados do trabalho do professor, principal servidor dessa secretaria elegível para o incentivo. Prevalece, nesse sentido, uma visão utilitarista, objetivada, como se o trabalho do professor fosse capaz de ser mensurado por uma tabela de resultados, com indicadores quantitativos. Quando, em seu enunciado, enfatiza a impossibilidade de “medir a proficiência do ENEM” pela ausência da frequência dos estudantes, ela deixa claro que, para o governo, a medição das notas alcançadas nesse exame é importante para se acompanhar também como foi o desempenho dos professores nas unidades escolares. Ao se focar no resultado, são deixados de lado o processo, as vivências e as competências que não podem ser avaliadas por testes ou avaliações de caráter objetivo. Ao tratar dessa questão, Cossio, Oliveira e Souza (2014, p. 145) afirmam que

[...] a perspectiva oficial parece traduzir-se em quantidade, em resultados, o que sem dúvida reduz o próprio sentido da educação. A qualidade da educação que se almeja inclui os indicadores educacionais, mas os ultrapassa, pois entende o sujeito em sua totalidade e em seu processo de formação integral.

Nesse modelo de educação, como frisam esses autores, a valorização da eficácia na produção de resultados distancia a educação de sua finalidade, a formação humana em sua totalidade. Além disso, nessa fala, percebe-se a responsabilização dos servidores pelo não comparecimento dos estudantes aos locais de aplicação do ENEM. A secretária, representante direta do governo do estado, nesse trecho, não reflete sobre o papel dos outros agentes da educação como responsáveis pelo resultado. Cabe às unidades educacionais e aos servidores das escolas a resolução do problema e as consequências pelo desempenho.

Em outro momento, ela afirmou que

[...] se o bônus é por produtividade, evidentemente que eu esperava que a frequência dos alunos aí no ENEM acompanhasse a frequência do SAEGO e do SAEB. E não foi o que aconteceu. A gente teve uma ausência de estudantes muito alta, gravíssima. Goiás perdeu para vocês terem ideia para municípios onde os alunos têm que pegar um barco para fazer a prova como é o município, como é o estado do Acre.

Esse trecho nos faz perceber a importância dada pela secretária e pelo estado às posições nos *rankings* nacionais que avaliam a educação. Percebe-se, nesse excerto, que há uma preocupação com a competitividade instaurada no cenário da educação brasileira a partir da adoção de avaliações externas, que colocam escolas, municípios e estados em posições conforme o seu desempenho. Sobre essa





cultura competitiva, Freitas (2018, p. 31) afirma que “o neoliberalismo olha para a educação a partir de uma concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência a partir da concorrência”.

Goiás, nas últimas edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), destacou-se pelos resultados alcançados no IDEB. Esse índice estabelece metas para as escolas que devem ser alcançadas em testes standardizados em áreas como Língua Portuguesa e Matemática e no fluxo escolar. O outro sistema de avaliação citado pela secretária é o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), um sistema de avaliação em larga escala similar ao SAEB, mas que avalia somente o desempenho das escolas estaduais de Goiás. A proposta avaliativa do Ministério da Educação (MEC) tem tanta ressonância em Goiás que o estado instituiu um sistema semelhante ao do governo federal com objetivo de familiarizar os estudantes com as avaliações em larga escala e estabelecer uma cultura avaliativa no estado.

A palavra produtividade, quando relacionada à “proficiência” e à “participação dos alunos nas avaliações”, adquire também uma valoração gerencialista, neste trecho da fala da secretária de educação: “Eu acho que ficou claro para todos os gestores no encontro que nós temos um bônus que será pago em dezembro e que está ligado à produtividade a proficiência e a produtividade, e um dos itens seria a participação dos alunos nas avaliações.”. Segundo Freitas (2018), na concepção gerencialista de educação como defesa do livre mercado<sup>10</sup>, avaliar é muito importante, pois é, a partir dos resultados das avaliações que as escolas competem em busca de melhores notas. As notas são ferramenta para estabelecer a competição, que é também pilar central das ideias da nova gestão pública. Nessa perspectiva, notas aferidas a partir de critérios são equivalentes a níveis de qualidade. Freitas (2018) destaca a importância das avaliações no processo de alinhamento proposto pelos reformadores empresariais da educação. Para eles, a partir de procedimentos de “padronização através de bases nacionais curriculares [...], testes censitários e [...] responsabilização verticalizada” (FREITAS, 2018, p. 78), a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela ensinou ou não, e o Estado punirá ou premiará o trabalho dos educadores, conforme os seus resultados.

Ao se analisar o tema desse enunciado, na concepção bakhtiniana, percebe-se uma argumentação que procura modelar o comportamento dos servidores da educação. No excerto “se o bônus é por produtividade, evidentemente que eu esperava que a frequência dos alunos aí no Enem

---

<sup>10</sup> Freitas (2018) defende que existe uma reforma empresarial da educação em curso no Brasil. Para ele, essa reforma propaga uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado. Nessa concepção, entende-se que a qualidade da educação depende da inserção das escolas, professores e estudantes em um mercado concorrencial. A partir dessa premissa, surge um conjunto de recomendações que propõe privatizar a educação, instalar processos de padronização da educação por meio de mecanismos como a base nacional comum curricular, os sistemas de avaliação e a responsabilização meritocrática.





acompanhasse a frequência do SAEGO e do SAEB. E não foi o que aconteceu. [...] Então só para deixar todos a par que a gente já está tendo que alterar a legislação e também o valor do bônus porque infelizmente a frequência dos alunos não chegou a 70%.”, Fátima Gavioli expressa o que “esperava” dos professores, expectativa não correspondida por eles. O não cumprimento de uma condição serve como justificativa para a perda do bônus. Deduz-se, a partir disso, que, para que o incentivo financeiro fosse garantido, os professores deveriam adotar determinadas ações que satisfizessem as prescrições da SEDUC GO e da secretária. O bônus deve ser compreendido, portanto, como um reforço positivo para um comportamento desejado. A presença do modalizador “infelizmente”, que aparece duas vezes no enunciado analisado, ressalta o posicionamento da secretária de que ela sente pela perda do incentivo, mas que o desempenho insuficiente dos docentes não lhes capacita a recebê-lo.

A partir da exposição de uma sanção, a perda de um benefício financeiro, institui-se uma luta de poder cujo objetivo é fazer com que os funcionários públicos mudem suas ações e adiram ao discurso da educação neoliberal voltada para os resultados. Na sua posição social de secretária de educação, representante de um governo de direita assumidamente neoliberal, ela busca argumentar que o enfoque em resultados nas avaliações é sinônimo de melhorias na educação e fazer com que as escolas que ainda não voltaram às aulas presenciais façam-no. Há também uma busca de desqualificar o trabalho dos professores quando se realça uma meta não atingida. Essa também é, segundo Freitas (2018), uma estratégia neoliberal para deslegitimar o trabalho dos professores de escolas públicas, criando-se condições para que se avance nas políticas de privatização.

Segundo Freitas (2018), o processo de privatização da educação, que ele chama de reforma empresarial, é gradual e culmina na transferência de escolas públicas para o setor privado ou na política de *vouchers*, como ocorreu nos EUA e no Chile. Embora não tenhamos chegado a essa etapa em Goiás, podemos perceber, nesse estado, o que Freitas (2018) chama de vetores de privatização, ações que encaminham a rede pública na direção desse processo e que, aos poucos, vão legitimando-o no âmbito da sociedade. O discurso empresarial da SEDUC GO e de sua política de responsabilização podem ser considerados como vetores de uma política de reforma da educação pública com intenções não muito claras para a sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, nas análises dos enunciados de Fátima Gavioli e dos documentos referentes à lei 21.184, um cruzamento de discursos em que sobressaem o discurso empresarial e seus valores neoliberais. Nesse cruzamento, emergem signos ideológicos da esfera da empresa que foram trazidos





para a esfera educacional, e essa migração manifesta uma mudança na axiologia das políticas públicas para a educação goiana. Essa presença revela uma forte influência do neoliberalismo nas políticas desse estado e de sua secretaria de educação, sobretudo das teorias da nova gestão pública. Foram instituídas, no âmbito da educação, práticas gerencialistas de estímulo à produtividade, controle e responsabilização dos servidores públicos, tratados como prestadores de serviço cuja natureza pode ser racionalizada e quantificada.

Os enunciados analisados estabelecem um diálogo com pressupostos teóricos da *Public Choice* e buscam legitimar uma concepção de educação instrumental. Essa concepção tem como pilares valores opostos aos instituídos na esfera da educação, que, neste tempo histórico, defende, sobretudo, uma formação humana integral. Percebe-se, portanto, no campo da educação pública estadual goiana, um embate entre duas concepções de educação. A secretária de educação, a partir de uma argumentação construída sobre o critério meritocrático, busca normalizar seu ponto de vista, agindo sobre o outro por meio da linguagem a fim de tornar hegemônica uma maneira específica de conceber a educação de qualidade. Como representante de um governo de direita, que adota uma gestão pública com viés neoliberal, a secretária reflete e refrata, em seu enunciado, os signos ideológicos com que interage no cotidiano do grupo político a que pertence. Percebe-se também esse alinhamento ideológico na lei e no ofício analisados.

Em Goiás, há evidências de que o trabalho do professor é avaliado, bonificado ou sancionado negativamente por meio de critérios que objetivam o controle dos servidores públicos. O governo estadual, no estabelecimento desses critérios de mérito, priorizou questões relacionadas ao retorno às aulas e à aderência a avaliações externas como ENEM, SAEB e SAEGO. Ao priorizar as avaliações externas, percebemos no projeto governamental uma ênfase nos resultados das escolas e de seus servidores. Isso propaga um critério de qualidade questionável e desconsidera finalidades educacionais caras à sociedade brasileira.

Ao se dar ênfase somente aos resultados do trabalho do professor, essa proposta despreza as dimensões e experiências próprias do educar que não podem ser quantificáveis. O trabalho docente, ao ser exposto às restrições de instrumentos avaliativos quantitativos, acaba objetivado, concentrando-se nas atividades que possam gerar resultados traduzidos em números. Isso empobrece o processo pedagógico, que abandona as dimensões éticas e estéticas que devem envolver a formação humana. A educação, por ter essa natureza complexa e finalidades muito específicas, não pode ser avaliada como outros serviços prestados pelo Estado.

No modelo educacional neoliberal que fundamenta esses discursos governamentais, incentiva-se e legitima-se a competição. A educação, quando privilegia a competição, abandona a solidariedade e a





fraternidade, princípios que tornam os seres humanos mais colaborativos e preocupados com o aprimoramento e com o desenvolvimento da sociedade, tornando-a mais justa e inclusiva. Em vez de preocupar-se com o outro, o indivíduo competitivo busca vencê-lo, em uma luta constante em que o sucesso de um é posto em detrimento dos outros. Uma prática educativa baseada na concorrência torna o trabalho dos professores menos colaborativo e legitima a lei do mais forte, do mais capaz e do melhor adaptado ao sistema de concorrência. Portanto, é um sistema educacional excludente em sua natureza. Esse tipo de política educacional funciona para criar *rankings*, mas certamente não serve para formar seres humanos em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. P. Estado confirma bônus a servidores da Educação de Goiás. **O Popular**, Goiânia, 24 de novembro de 2021. Cidades. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/estado-confirma-bonus-a-servidores-da-educa-ao-de-goi-as-1.2360524>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ARAÚJO, V. C. G. **Políticas públicas em avaliação**: a implementação do Sistema de Avaliação da Educação no Estado de Goiás (SAEGO), no período de 2012 a 2018. 2021, 109f. Dissertação de mestrado – UNESP, Araraquara, 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEZERRA, P. Prefácio. In: BAKHTIN, M. **Teoria do romance I**: A estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRAIT, B. Importância e necessidade da obra. In: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. p. 11-18.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CÓSSIO, M. DE F.; OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, A. A. Gerencialismo e avaliação em larga escala: análise da política de resultados na educação básica. **Educação: teoria e prática**, v. 24, n. 47, p. 137-155, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Bointempo, 2016.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.





GOIÁS. Lei N° 21.184, de 30 de novembro de 2021. Institui a Lei do Bônus. **Diário Oficial do Estado de Goiás**: seção Suplemento, Goiânia, GO, ano 185, n. 23.686, p.1, 30 nov. 2021a.

GOIÁS. Casa Civil. **Ofício circular 244/Casa Civil**. Goiânia, GO: Casa Civil, 11 nov. 2021b.

GRILLO, S. C. A obra em contexto: tradução, história e autoria. *In*: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012. p. 19-38.

LEIJOTO, M. SEDUC anuncia redução de bônus a professores pela baixa frequência de alunos no Enem. **O Popular**, Goiânia, 24 de novembro de 2021. Cidades. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/seduc-anuncia-redu%C3%A7%C3%A3o-de-b%C3%B4nus-a-professores-pela-baixa-frequ%C3%Aancia-de-alunos-no-enem-1.2359946>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MIOTELLO, V. Ideologia. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 168-176.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. **Reunião com os gestores escolares**. Goiânia: Stream Yard, 23 de novembro de 2021. [Webinar].

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

*Artigo recebido em: 17/08/2022*

*Artigo aprovado em: 18/10/2022*

*Artigo publicado em: 20/11/2022*

#### COMO CITAR

STOFFELS, F.; CARVALHAES, W. L.; NOLETO, S. de O. B. As influências do gerencialismo na educação pública de Goiás: uma análise a partir de conceitos de Bakhtin. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-20, e02216, 2022.

